Jornal da CNTC

70 anos CNTC 1946 - 2016

UMA PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO – CNTC

www.cntc.org.br | Ano 6 • Edição 67 • Agosto 2016 | Distribuição gratuita

Foto: Rodrigo Rueda

ENTREVISTA

10 anos da Lei Maria da Penha

PÁGINA 3 A 5

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Eleições municipais podem trazer novos parlamentares ao Congresso

PÁGINA 8

NOTÍCIAS

XIX Consec reúne mais de 300 pessoas em Brasília

PÁGINA 10

EXPEDIENTE

JORNAL DA CNTC

JORNAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO NO BRASIL
REGISTRO: RCPJ 2.784-LB 3 – Endereço: AV W5 - SGAS 902, Bloco C, Brasília - DF - CEP 70390-020 - Brasília (DF)
PABX: (61) 3217.7100 – Fax: (61) 3217.7122

SUPERVISÃO: Levi Fernandes Pinto • **JORNALISTAS:** Raul Lênnon e Rodrigo Rueda • **IMPRESSÃO:** Ideal Gráfica • **EDITORAÇÃO:** Antonio Neto • **TIRAGEM:** 10 mil exemplares • **E-MAIL:** imprensa@cntc.org.br • **FOTOGRAFIAS:** Raul Lênnon • **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** Rodrigo Gabriel Rueda Abreu – RP: 0008590/DF.

(Os artigos, crônicas e opiniões publicados neste jornal, quando identificados, são exclusivamente de responsabilidade de seus autores.

CNTC

Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio
Entidade sindical de grau superior reconhecida pelo Dec. 22.043 de 11/11/46. Endereço: SGAS W5, quadra 902, bloco C
CEP 70390-020 – Brasília/DF – PABX: (61) 3217.7100
Fax: (61) 3217.7122 – Site: www.cntc.org.br –
E-mail: cntc@cntc.org.br

DIRETORIA

Presidente: Levi Fernandes Pinto • *1° Vice-Presidente*: Vicente da Silva • *2° Vice-Presidente:* Luiz Carlos Motta • *Diretor Secretário Geral:* Lourival Figueiredo Melo • *Diretor 1º Secretário:* Idelmar de Mota Lima • *Diretor Tesoureiro Geral:* Saulo Silva • *Diretor 1° Tesoureiro:* Edson Geraldo Garcia • *Diretor de Assuntos Legislativos:* José Francisco de Jesus Pantoja Pereira • *Diretor de Relações Internacionais:* Luiz de Souza Arraes • *Diretor de Formação Sindical:* Ronaldo Nascimento • *Diretor de Assuntos Jurídicos:* Valmir de Almeida Lima • *Diretor de Previdência e Seguridade Social*: Ageu Cavalcante Lemos • *Diretor de Políticas Sociais, Cidadania e Direitos Humanos:* Ronildo Torres Almeida • *Diretora de Políticas para as Mulheres:* Maria Bernadete Lira Lieuthier • *Diretor de Saúde e Segurança do Trabalho:* Armando Henrique • *Diretor de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude:* Márcio Luiz Fatel • *Diretor de Negociação Coletiva e Relações do Trabalho:* Guiomar Vidor • *Diretor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:* José Ribamar Rodrigues Filho • *Diretor de Imprensa e Comunicação Social:* Edson Ribeiro Pinto • *Diretor de Políticas de Qualificação Profissional:* Carlos Dionísio de Morais • *Diretor de Políticas de Econômicas:* José Martins dos Santos.

DIRETORIA | SUPLENTES | Francisco Soares de Souza • José Alves Paixão • Eduardo Genner de Sousa Amorim • Francisca das Chagas Soares da Silva • Luiz Fernando Nunes • Antônio Caetano de Souza Filho • Raimundo Miquilino da Cunha • Helena Ribeiro da Silva • Silvana Maria da Silva • Maria Normélia Alves Nogueira • Maria Euridéia Mendes • Leocides Fornazza • Antônio Marco dos Santos • Edson Ramos • Luiz José Gila da Silva • Valmir Andrade da Silva • Dorival Pereira Bambil • Roberto Galo Ferreira • José Carlos Pavão Diniz • Eusébio Luis Pinto Neto • Valdemar Manrich

CONSELHO FISCAL | EFETIVOS | José Lucas da Silva • Marcos de Holanda Moura • Dorvalino de Oliveira

CONSELHO FISCAL | SUPLENTES | Raimundo Firmino dos Santos • Elizeu Ferrato Cavalcante • Roosevelt Torres Almeida

CNTC Somos todos nós | CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO

PALAVRA DO PRESIDENTE

Caros companheiros e companheiras,

Há dez anos, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) surgia para combater a violência contra milhares de brasileiras. Dados de 2015, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam que a Lei Maria da Penha contribuiu para uma diminuição de aproximadamente 10% nas taxas de homicídios contra as mulheres praticados dentro das residências das vítimas.

A pesquisa Violência e Assassinatos de Mulheres, da Data Popular/Instituto Patrícia Galvão, realizada em 2013, revelou que 98% da população brasileira já ouviu falar da lei. Por isso, nesta edição de agosto do Jornal da CNTC, apresentamos uma entrevista com Maria da Penha, a mulher que transformou sua história de vida numa luta incansável contra a violência doméstica.

Em agosto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) abriu as portas para o movimento sindical brasileiro debater a proposta de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), apresentada por representantes do Grupo Walmart. Dirigentes sindicais de todo país participaram do encontro na busca por melhorias concretas para os trabalhadores.

Na busca por condições de trabalho decente no Brasil, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Ministério Público do Trabalho assinaram um acordo de cooperação, que prevê a utilização de recursos oriundos de multas por infrações trabalhistas para financiar projetos destinados a promover a criação de mais e melhores empregos.

Foto: Arquivo CNTC

Após os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, as atenções agora estão votadas para o Congresso Nacional. Em breve, teremos o julgamento do processo de impeachment e uma agenda de possíveis votações nada positiva para os trabalhadores brasileiros. É o que nos apresenta o diretor de Assuntos Legislativos da CNTC, José Francisco de Jesus Pantoja Pereira, no artigo sobre o segundo semestre do ano no campo político.

O Departamento de Relações Institucionais da CNTC traz uma importante análise sobre o cenário político, que será bem movimentado por conta das eleições municipais deste ano. A diretoria da CNTC espera que cada eleitor procure saber o máximo de informações sobre os candidatos, analise as propostas e que decida com sabedoria o que é melhor para sua cidade. Desejamos a todos uma boa leitura!

Levi Fernandes Pinto
Presidente

Foto: Fotolia.com

CAPA

Maria da Penha: ela sobreviveu e pode contar sua história

A lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, popularmente conhecida como Maria da Penha completou dez anos em 2016. A referência homenageia a farmacêutica bioquímica cearense Maria da Penha Maia Fernandes, hoje com 71 anos, que transformou duas tentativas de homicídio praticadas pelo economista colombiano Marco Antonio Heredia Viveros, seu ex-marido, em força para lutar e contar sua história para o mundo inteiro, levando uma mensagem de coragem para as mulheres que enfrentam situações de violência doméstica.

Recentemente, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e Cidadania divulgou um balanço do Ligue 180, com dados do primeiro semestre de 2016. Desde sua criação em 2005, a Central de Atendimento à Mulher já prestou mais de 5,3 milhões de atendimento, auxiliando mulheres de todo país no enfrentamento da violência de gênero. No primeiro semestre de 2016, a Central realizou 555.634 atendimentos, sendo 67.962 relacionados a situações de violência previstas na Lei Maria da Penha. Um dado importante é que dos relatos de violência em que foi informada a cor da vítima, 59,71% das violências foram cometidas contra mulheres negras.

A vítima ainda é a principal denunciante (67,89%), mas vale ressaltar que houve aumento de 93% no registro de relatos de violência realizados por outras pessoas, como vizinhos, parentes ou amigos, quando comparado com o primeiro semestre de 2015. O Distrito Federal é a unidade da federação com maior registro de atendimentos, seguido por Mato Grosso do Sul e pelo Piauí. Brasília foi a capital com maior atendimento registrado, seguida por Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG).

Também foi verificado um aumento significativo na procura pelo Ligue 180 por habitantes da zona rural, apesar das pessoas da zona urbana ainda representarem a maioria dos usuários (90,79%). O percentual corresponde a um aumento de 139% na comparação do primeiro semestre de 2016 com igual período do ano passado.

Outros dados revelados pelo balanço do Ligue 180 indicam que 78,72% das vítimas de violência doméstica possuem filhos ou filhas e que 82,86% desses filhos ou filhas presenciaram ou sofreram violência. No caso de violência doméstica e familiar, 37,32% das mulheres em situação de violência dependem financeiramente do seu agressor. Já 62,68% não dependem, contradizendo o senso comum de que a dependência financeira é um fator para manutenção de relações marcadas por violência de gênero.

Divulgação / Instituto Maria da Penha

O Jornal da CNTC apresenta uma entrevista com Maria da Penha, a mulher que fez da sua vida uma história de luta, servindo de exemplo para milhares de brasileiras que diariamente enfrentam situações de violência. Confira.

Como você conheceu o seu ex-marido?

Na época eu fazia mestrado em Parasitologia em Análises Clínicas pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (USP). Lá, através de amigos em comum conheci o Marco Antonio, com quem me casei. Minha primeira filha inclusive nasceu em São Paulo. Depois do mestrado, voltei para Fortaleza (CE) e ele me acompanhou.

O relacionamento era bom?

Nosso relacionamento no início foi muito bom. Mas, a partir do momento que ele conseguiu a nacionalidade brasileira, por conta do nascimento das nossas filhas, o comportamento dele mudou.

Mudou como?

Ele passou a ser altamente intolerante. Eu não sabia como ele acordaria ou como chegaria do trabalho. Sofri muita violência psicológica, minhas filhas também. Elas chegaram a sofrer com violência física. Eu não tinha mais como manter o relacionamento.

Pensava em separação?

Cheguei a conversar com ele sobre a separação, mas ele sempre negava. Eu também não me separava, pois não tinha ânimo para lutar. Na época, muitos casos de violência doméstica eram noticiados, sobre companheiros matando suas mulheres apenas pelo fato delas não desejarem a continuação do relacionamento, como ainda hoje acontece. Dois casos tiveram enorme repercussão, o do Doca Street e o do Lindomar Castilho. Continuamos com o relacionamento de fachada. Socialmente ele era uma pessoa bem quista, educada. Dentro de casa é que ele mostrava realmente como era.

O que aconteceu no dia 29 de maio de 1983?

Eu acordei com um estrondo enorme no quarto. Quis me mexer e não consegui. Pensei: 'O Marco me Matou'. Depois, ouvia movimentos estranhos que não conseguia identificar. Os vizinhos chamaram a polícia e acudiram o Marco. Ele disse que escutou um barulho estranho na casa, pegou uma lanterna e foi ver se havia alguém na casa, quando foi rendido por uma mulher e três homens e por isso foi encontrado no chão da cozinha com uma corda de enforcar no pescoço e o pijama rasgado. Os vizinhos não sabiam o que eu tinha, estava deitada de costas, sem falar, vendo o mundo se acabar e rezando para não deixar minhas filhas órfãs de mãe.

E depois?

Fui levada para o Hospital Geral de Fortaleza e a partir daí fiquei internada por dois meses. Depois, passei mais dois meses internada no Hospital Sarah, em Brasília (DF). Quando voltei para Fortaleza, o Marco foi me buscar. Ele me proibiu de ter contato com familiares, não podia sair nem receber ninguém, somente se ele permitisse. Ele não deixava meus filhos chegarem perto de mim, dizendo que eu precisava descansar. Tive que me submeter a essas condições.

Como foi voltar para casa depois do ocorrido?

Eu me vi à mercê de ser vítima de outro crime. Comecei a pensar que havia sido vítima de um plano macabro. No intervalo de quinze dias que fiquei isolada em casa ele tentou me matar novamente, dessa vez com um chuveiro elétrico propositalmente danificado para me eletrocutar.

Depois dessa segunda tentativa de homicídio, qual foi a sua reação?

Pedi para a minha mãe e irmãs providenciarem um documento para separação de corpos, para que eu pudesse sair de casa com as crianças sem que fosse considerado abandono de lar. O documento che-

Primeira saída com as filhas depois da separação de corpos

gou num período que ele precisou viajar a serviço. Peguei minhas filhas e fui para a casa dos meus pais. Liguei para o chefe dele e disse que queria conversar. Entreguei as chaves da casa e pedi para avisar para o Marco não me procurar mais. Mesmo assim, um dia ele ainda me procurou, na casa dos meus pais, chutou a porta e quando eu ameacei chamar a polícia ele foi embora. Uns dias depois ele entrou em contato para saber como seria a separação.

Para a polícia, Marco contou que foi rendido pelos bandidos, sendo vítima de um assalto dentro de casa. Você acreditou nessa versão?

Eu cheguei a acreditar na versão do assalto. Eu apenas soube a verdade depois, quando o caso foi esclarecido. Ninguém poderia imaginar que algo assim havia sido armado.

Seus familiares e amigos nunca desconfiaram do seu ex-marido?

A minha família já havia observado a forma de tratamento dele. Minha mãe sempre dizia que a história (do assalto) estava mal contada. Meu pai, quando o inquérito foi concluído disse que teve uma grande decepção, pois não pensava que o Marco fosse capaz de tamanha covardia.

Seu ex-marido foi indiciado por tentativa de homicídio. Mas o andamento do processo foi lento.

O delegado indiciou o Marco por tentativa de homicídio. O caso foi para o Tribunal do Júri do Ceará e a juíza deu andamento ao processo, que correu de forma lenta. O primeiro julgamento ocorreu oito anos após a tentativa de homicídio, em 1991, por pressão de colegas e parentes que trabalhavam no Tribunal. Ele foi julgado e condenado, mas saiu em liberdade por conta de recurso. O mesmo aconteceu em 1996, quando ele foi a novo julgamento e novamente saiu em liberdade por conta de um novo recurso. Nesse momento me senti muito fragilizada, injustiçada e desestruturada. Pensava muito nas minhas filhas.

Como o seu caso foi parar na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos?

Em 1997, o então deputado estadual, Mário Mamede entrou em contato comigo para falar sobre uma ONG que trabalhava com casos de impunidade no país. O Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) entrou em contato comigo dizendo que o caso era um típico exemplo da negligência do poder judiciário, já que o Brasil era signatário de tratados internacionais se comprometendo na punição dos agressores de mulheres. Com isso, o CEJIL Brasil, o CLADEM-Brasil (Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher) e eu levamos o caso à CIDH/OEA (Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos). Assim, em 1998 foi feita a petição. Durante quatro anos a OEA encaminhou ofícios ao Estado brasileiro querendo um posicionamento sobre o caso e em nenhum momento o país respondeu. Enquanto isso, o tempo corria e o crime estava perto de prescrever. As pressões internacionais pesaram e faltando seis meses para o crime prescrever, Marco foi preso em Natal (RN), onde morava. Ele ficou dois anos em regime fechado e o restante cumpriu em semiaberto e aberto. A pena total foi de oito anos.

A senhora considerou justo o tempo dele preso?

O meu objetivo principal era prender o agressor. Mas, isso ficou tão pequeno diante da dimensão que a minha luta ganhou que eu não paro para pensar nisso. A questão do tempo passa a ser um problema da justiça.

Quando você começou a atuar contra a violência doméstica?

Após o primeiro julgamento. Resolvi escrever o livro Sobrevivi... Posso Contar, que foi publicado em 1994, narrando toda minha história, trazendo o processo com toda a contradição dos depoimentos dele. O Conselho da Mulher já existia em Fortaleza. Comecei a me aproximar, participar dos eventos, de datas como o dia 08 de março. Comecei a mostrar a cara. Nesse momento começou meu ativismo. Tive apoio muito grande do movimento de mulheres, das minhas amigas que ajudaram na divulgação e nas vendas dos livros. Com o livro tive a sensação de que a história não era apenas minha. Precisava ser de mais gente.

Seu ex-marido publicou o livro *A verdade não contada no caso Maria da Penha.* **A senhora leu?**

Um amigo até me deu o livro, mas eu deixei essa história pra lá. Para que vou ler um livro que eu sei que é mentira, que não tem nada de verdade? Não li.

Você atribui o machismo como uma questão cultural?

A minha mãe, por exemplo, era muito machista. Ela tinha a ideia de que o trabalho do homem era um e o da mulher era outro. Era uma questão da cultura. Por isso, nas minhas palestras eu coloco que a questão da educação é o que leva o machismo para frente. A criança muitas vezes assiste o pai bater na mãe, o avô bater na avó e isso ser camuflado, ser justificado. Acaba reproduzindo a educação que recebeu. A violência tem que ser desconstruída. Precisamos investir na educação fundamental, média e universitária.

CAPA

A lei que leva o seu nome completa em 2016, dez anos de existência. O que a senhora vê de avanço e o que ainda precisa ser melhorado?

Uma política pública interessante é a Casa da Mulher Brasileira, importante, pois concentra vários serviços para atender as mulheres em um único local. Por outro lado, as Delegacias das Mulheres funcionam de fato até sexta-feira, sem funcionar no período noturno nem durante os finais de semana. Então, onde as mulheres vítimas de violência irão procurar ajuda? Ainda temos a política do faz de conta. A Delegacia da Mulher não pode ficar fechada, além disso, a capacitação dos delegados comuns deixa a desejar. Existem delegacias que não aceitam registrar a queixa, mesmo com a Delegacia da Mulher fechada. A mulher chega e não é atendida. É o faz de conta e isso não pode acontecer. A estrutura existente está localizada na maioria das capitais e algumas grandes cidades, mas o interior do Brasil ainda é muito carente. Quando o poder público cria essa rede de apoio, as mulheres são encorajadas a denunciar a violência doméstica.

Por que as mulheres muitas vezes não denunciam a violência sofrida?

O primeiro fator é o medo. Ela sabe que o agressor vai fazer o que promete. Além do medo, existe a esperança que o outro melhore, pois o agressor promete, pede desculpa. Passa um período tranquilo, mas posteriormente tudo recomeça. Já conversei com diversas mulheres que não têm coragem para denunciar. Existe o medo de enfrentar. Também existe a ideia da dependência econômica, mais comum nas classes mais altas da sociedade. Mas a violência contra a mulher não possui classe social.

Maria da Penha homenageada pela PM da Bahia

É possível identificar um potencial agressor?

Varia de caso para caso. É mais difícil para a mulher identificar o grito, o empurrão como violência contra a mulher. Na cabeça das mulheres a violência é aquela que deixa marcas, a agressão física.

Após a primeira agressão o homem tem jeito?

Se o homem cometeu a agressão porque culturalmente ele considera que não tem nada demais, ele pode sim mudar sua postura. A lei determina uma capacitação para os homens autores de violência. Então, quando esse homem retomar sua história, anterior a da família que ele convive, ele vai encontrar elementos que fizeram com que ele considerasse a agressão como algo normal. Acredito que podem repensar a conduta e serem pessoas mais corretas.

A sociedade muitas vezes culpa a vítima e vitimiza o agressor?

Culpa a vítima sim. Quando eu assumi minha bandeira de luta, tive muitos encontros com jornalistas. Uma vez eu recebi a ligação de um radialista e quando a entrevista acabou ele perguntou o que eu havia feito para merecer o tiro. Infelizmente o pensamento é esse. Isso precisa mudar e se muda através da educação.

Como surgiu o Instituto Maria da Penha?

O Instituto Maria da Penha (IMP) foi criado em 2009. Eu recebia convites apenas para palestras. Numa dessas palestras em Recife (PE), conversando com a professora universitária Regina Célia Barbosa, percebemos muitas ideias em comum. Uma dessas ideias, a que mais me assombra trata dos órfãos da violência. Quando um filho perde a mãe, porque foi assassinada, sempre me questiono sobre como será o futuro dessas crianças. O marido é bruto e mata a mulher. Se continuar com os filhos, ainda será bruto. Isso se ficar com os filhos. Para uma família pobre, pesa muito cada boca para comer. A criança acaba tendo todo o potencial para reproduzir a violência.

Qual a missão do IMP?

Queremos criar mecanismos para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, resgatando valores humanos na sociedade. Acreditamos que através da educação, contribuiremos para conscientização das mulheres sobre os seus direitos. Por isso, desenvolvemos o Curso de Formação de Defensores e Defensoras do Direito à Cidadania, destinado aos moradores de áreas de vulnerabilidade social, profissionais que atuam na rede de atendimento a mulher, profissionais do Direito, universidades e empresas. Também apontamos sugestões para prefeitos e governadores, pedindo o compromisso para criação das políticas públicas e os Centros de Referência da Mulher.

Foto: Fotolia.com

Temos na política uma baixa representação feminina. A senhora já pensou em entrar para a política, disputar uma eleição?

Nunca pensei nisso. De jeito nenhum. Fui convidada diversas vezes. Prefiro dizer o que penso ao invés de perguntar ao partido o que posso dizer. Assim estou melhor.

Depois de tudo que aconteceu na sua vida, quem é a Maria da Penha hoje?

Uma pessoa muito comprometida com a causa e que gostaria de ter mais tempo para si. Eu não tenho mais vida privada. O mês de agosto, por exemplo, é muito puxado. Minha vida acabou virando minha luta.

Qual a mensagem para as mulheres que são vítimas de violência, mas que ainda não tiveram coragem para denunciar?

É difícil sair dessa situação, principalmente pelo medo, pela falta de amparo financeiro. Precisamos conhecer nossos direitos e procurar os Centros de Referência da Mulher. Nesses locais a mulher terá atendimento psicossocial e jurídico, além de tirar todas as dúvidas. Aí sim a mulher estará pronta para decidir se vai denunciar o agressor ou não. O momento é da mulher. Procurem também o número 180 para receber orientações e quais os seus direitos.

NOTÍCIAS

Quatro em cada dez brasileiros já solicitaram nome emprestado para compras a crédito, diz SPC Brasil

O Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) realizaram um levantamento nas capitais e interior de todos os estados e do Distrito Federal que revela que 39,8% dos consumidores brasileiros já solicitaram nome emprestado de outras pessoas para realizar compras a crédito. Segundo a pesquisa, a prática é utilizada por consumidores que acabam passando por situações inesperadas e não contam com reserva financeira ou que enfrentam dificuldades de acesso ao crédito, mas querem continuar consumindo. Principalmente as mulheres (43,9%) e pessoas das classes C, D e E (42,7%).

Dos entrevistados, três em cada dez (29,4%) admitiram ter pedido o nome emprestado devido a algum imprevisto financeiro e 22,6% por estarem com o nome sujo em cadastros de inadimplentes. Para 18,1% dos entrevistados outra razão seria o fato de não possuírem cartão ou cheque e 11,8% disseram ter extrapolado o limite de crédito.

Fotos: Fotolia.com

FAMILIARES

Grande parte dos pedidos de empréstimos de nome, segundo o levantamento é feito para pessoas muito próximas, na maioria das vezes um familiar. As pessoas às quais os entrevistados mais recorreram foram os pais (32%), irmãos (22,2%) e os cônjuges (20%). Os menos procurados são os amigos (12,8%), namorados e namoradas (5%) e colegas de trabalho (4,4%).

A pesquisa revela que 46,5% dos que solicitaram nome emprestado não utilizaram nenhum argumento para convencer a pessoa solicitada sobre o motivo do pedido e 15,9% não comunicaram ao dono do documento o valor que seria gasto na compra. Dos entrevistados, 6,1% avisaram a quantia que seria utilizada, mas não respeitaram o limite combinado e extrapolaram o valor.

Além disso, 81% dos entrevistados que já solicitaram o nome emprestado garantem não ter enfrentado qualquer problema no estabelecimento comercial no momento em que utilizaram o cheque, cartão de crédito, empréstimo ou financiamento de terceiros para realizar compras parceladas.

O levantamento revelou que o cartão de crédito é a forma de pagamento mais solicitada (33,8%) pelos consumidores para comprar em nome de outra pessoa. A proporção cresce para 37,2% na classe C, D e E e para 45,1% entre os mais jovens. Na sequência aparece o cartão de lojas (7,3%), carnê ou crediário (6,5%) e o cheque (4,4%).

CNTC, federações e sindicatos debatem proposta de PLR do Grupo Walmart e apresentam reivindicações

Foto: Raul Lênnon

No dia 02 de agosto, dirigentes sindicais de todo país estiveram reunidos na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) em Brasília (DF), com os representantes do Grupo Walmart Brasil, Gil Ceiplli Brito, gerente de Relações Trabalhistas e Sindicais e o Dr. Flávio Obino Filho, consultor de Negociações Coletivas. A reunião teve como objetivo dar continuidade no debate sobre a proposta apresentada pelo Grupo Walmart de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) para seus trabalhadores em todo país. Durante o encontro, os representantes dos trabalhadores apresentaram uma pauta de reivindicações para discussão com o Walmart.

Para o primeiro-vice presidente da CNTC, Vicente da Silva o encontro teve saldo positivo. "A CNTC, as federações e os sindicatos atuaram como facilitadores na abertura de um canal de diálogo para uma negociação coletiva com o Grupo Walmart. Na minha opinião, o PLR é um direito do trabalhador. Precisamos estimular o PLR nas empresas", destacou.

O diretor de Negociação Coletiva e Relações do Trabalho da CNTC, Guiomar Vidor destacou o importante papel dos sindicatos. "A CNTC visa auxiliar as federações e os sindicatos nos problemas nacionais. Os sindicatos contribuíram muito para que a confederação conhecesse um pouco mais dos problemas vividos pelos trabalhadores dentro das lojas do Grupo Walmart. Assim, atuaremos de forma mais contundente para encontrar soluções para os problemas colocados. Esperamos que o encontro resulte em melhorias concretas para os trabalhadores".

Melhores condições de trabalho, modificações na proposta do PLR apresentada pelo Walmart para tornar mais transparente os critérios e metas para serem atingidas, com maior equilíbrio entre quem ganha mais e quem ganha menos foram alguns dos assuntos abordados durante o encontro. Os representantes do Grupo Walmart prometeram analisar as propostas até a próxima reunião, marcada inicialmente para o dia 13 de setembro na sede da CNTC.

REPRESENTATIVIDADE

Participaram do encontro, representantes da CNTC, FECOSUL, FECEP, FETRACOM-MS, FETRACOM-GO/TO, FECOMERCIÁRIOS-MA, FECONESTE, FECOMSE, FECOMBASE, FECOMERCIÁRIOS-MG, FECOMERCIÁRIOS-SP, FECERJ, do Sindicato dos Comerciários de São Paulo (SP), do Sindicato dos Comerciários de Salvador (BA), do Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro (RJ) e do Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte e Região Metropolitana (MG).

NOTÍCIAS

MPT e OIT usarão recursos de multas para promover trabalho decente no Brasil

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) assinaram na terça-feira (2) um acordo de cooperação, que prevê a canalização de recursos provenientes de multas por infrações trabalhistas para financiar projetos destinados a promover a criação de mais e melhores empregos no país.

O procurador-geral do trabalho, Ronaldo Curado Fleury, visitou o escritório regional da OIT para a América Latina e o Caribe, com sede em Lima, no Peru, a fim de formalizar o acordo.

"É uma aliança de caráter muito inovador, a primeira deste tipo no mundo", disse o diretor da OIT para a América Latina e o Caribe, José Manuel Salazar-Xirinachs. "Num contexto de desafios econômicos, sociais e de mercado de trabalho, este acordo e a aliança que ele consolida tornam-se ainda mais importantes", acrescentou.

De sua parte, Fleury descreveu o acordo como uma "aliança estratégica" com a OIT, que busca "transformar multas e indenizações em trabalho decente".

O procurador explicou que em casos de infrações como as que resultam, por exemplo, de situações de trabalho infantil ou trabalho forçado, é possível exigir que as empresas envolvidas paguem uma reparação, mas há "dificuldades em transferir essas multas e indenizações por danos morais para as comunidades afetadas".

"Para fechar este acordo de cooperação, foram consultados 782 procuradores de todo o Brasil, que contribuíram com várias ideias", acrescentou Fleury. O próximo passo é "a elaboração dos projetos pelos procuradores e técnicos da OIT".

O acordo estabelece um marco de cooperação entre o MPT e a OIT para "o desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à promoção do trabalho decente" no Brasil.

O texto do acordo, que é válido por cinco anos, determina que o MPT "poderá destinar à OIT recursos provenientes de multas ou indenizações" referentes a infrações trabalhistas, que serão utilizados exclusivamente para tais projetos.

As duas partes irão trabalhar em conjunto na identificação de ações prioritárias, grupos sociais e regiões beneficiárias e fórmulas de implementação dos projetos, assim como na prestação de contas do uso de recursos que, preferencialmente, "serão destinados a reparar os danos causados pelas infrações nas comunidades".

Salazar destacou que o Ministério Público do Trabalho é uma instituição fundamental do direito do trabalho no Brasil e que sua atuação, em conjunto com a Justiça do Trabalho, o Ministério do Trabalho e outros parceiros, tem contribuído para que o Brasil obtenha muitas conquistas ao longo dos anos.

Entre elas, o diretor regional da OIT citou a redução do trabalho infantil, o resgate de vítimas de trabalho forçado, a promoção dos direitos trabalhistas e da saúde e segurança no local de trabalho, os esforços para garantir a liberdade sindical e a negociação coletiva, assim como os esforços para promover a implementação das convenções da OIT no Brasil.

"A OIT e o Ministério Público já trabalham em conjunto há muitos anos no Brasil, principalmente no combate ao trabalho forçado e ao trabalho infantil, e este novo acordo nos permitirá entrar numa nova fase de cooperação mais próxima e em maior escala", acrescentou.

Também estavam presentes durante a assinatura do acordo o embaixador do Brasil no Peru, Marcos Raposo Lopes, o procurador e assessor internacional do MPT, Thiago Gurjão, e a coordenadora-geral de cooperação trilateral com organismos internacionais da Agência Brasileira de Cooperação, Cecília Malaguti.

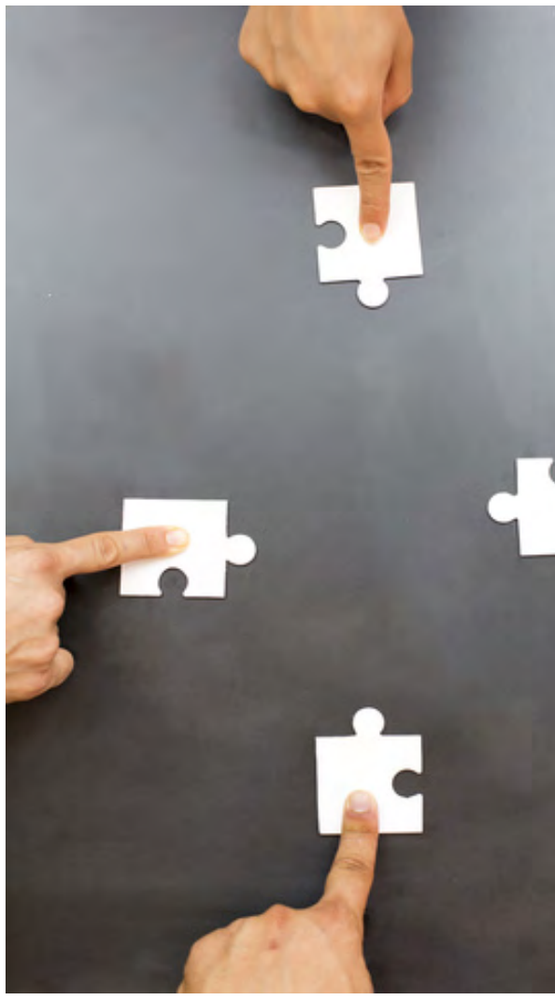
A formalização do acordo foi realizada durante uma oficina de especialistas da Iniciativa Regional América Latina e Caribe livre de Trabalho Infantil, que acontece esta semana em Lima.

Fonte: ONU Brasil

"A OIT e o Ministério Público já trabalham em conjunto há muitos anos no Brasil, principalmente no combate ao trabalho forçado e ao trabalho infantil, e este novo acordo nos permitirá entrar numa nova fase de cooperação mais próxima e em maior escala"

José Manuel Salazar

Fotos: Fotolia.com



RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Eleições municipais podem trazer novos parlamentares ao Congresso

Cerca de 70 deputados federais e dois senadores candidataram-se às eleições municipais de 2016. Os vencedores do pleito deverão renunciar aos cargos que ocupam no Legislativo, abrindo caminho para a posse de suplentes, que terão dois anos de mandato e a chance de ganhar maior projeção na cena política.

A crise econômica, o endividamento crônico e as crescentes dificuldades enfrentadas pelos gestores municipais quanto ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal provocaram uma queda no número de parlamentares candidatos às prefeituras. Este é o menor número desde as eleições de 1992, que contou com 88 parlamentares candidatos nas eleições municipais (86 deputados e 2 senadores). O maior número já registrado foi verificado nas eleições de 1996, em que 121 parlamentares disputaram o pleito (117 deputados e 4 senadores).

Reprodução: Site do TSE

A situação dos municípios tem causado desinteresse inclusive entre os prefeitos que podem disputar a reeleição. De acordo com dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), 32% dos atuais prefeitos que podem tentar se reeleger não tentarão renovar seus mandatos.

Outro fator que desestimula parlamentares a se lançar nesse ano é a vedação ao financiamento empresarial de campanhas, o que dificulta e reduz sobremaneira a arrecadação para os altos custos das campanhas eleitorais. Doações somente poderão ser feitas por pessoas físicas, limitado a 10% da declaração de imposto de renda e pelo fundo partidário.

O desgaste que a classe política tem enfrentado com a deflagração de escândalos de corrupção e as contínuas operações da Polícia Federal colocam os parlamentares em alerta quanto a uma superexposição ao público durante esse período de dificuldade e impopularidade.

Apesar disso, PT, PMDB e PSDB são os partidos que lideram a indicação de parlamentares às prefeituras. No PSDB um total de 11 deputados são candidatos. O PMDB conta com 10 candidatos, mais a senadora Marta Suplicy que é candidata à prefeitura de São Paulo (SP). Já o PT indicou 9 deputados.

Partidos distintos, contextos diferentes. O PMDB procura expandir sua influência em âmbito nacional, em função do governo interino de Michel Temer. Nesse caso, a capilarização através dos municípios é uma boa alternativa. Na mesma baila, o PSDB procura garantir o comando de municípios estratégicos, tendo em vista que é um dos principais partidos da base aliada e prepara o campo para as eleições gerais de 2018. Já o PT luta para se manter como alternativa de poder em meio a uma crise sem precedentes em seu núcleo político.

O caso mais aguardado é o resultado da eleição à prefeitura da cidade de São Paulo. Com quase 8,5 milhões de eleitores, a cidade deverá escolher entre 11 candidatos, sendo quatro parlamentares à prefeitura e outros dois como vice-prefeitos. O atual prefeito, Fernando Haddad (PT), é candidato à reeleição. Como vem ocorrendo nas últimas eleições, o tamanho do colégio eleitoral paulistano torna o pleito mais inserido em questões nacionais do que locais. Certamente a reação do eleitorado da cidade é uma das variáveis de peso que indicará as tendências do país para 2018, mas muito ainda pode acontecer.

A cidade do Rio de Janeiro, com seus 4,6 milhões de eleitores será disputada entre três deputados e um senador, além dos outros cinco candidatos que estão fora do plano federal. O arranjo político na capital Fluminense também é de grande acirramento, em função da mobilização pela retirada do PMDB da prefeitura da cidade. O partido está desde 2009 no comando do município.

Mesmo os deputados que não são candidatos nesse ano costumam participar das campanhas municipais apoiando parceiros e negociando alianças que se refletem tanto nas votações do Congresso Nacional, quanto no apoio dos futuros prefeitos às eleições gerais de 2018. O resultado do jogo eleitoral funciona como uma via de mão dupla, em que os que recebem apoio hoje poderão ser potenciais apoiadores nas eleições seguintes.

Nesse cenário, é natural que o Congresso Nacional reduza suas atividades normais nos 45 dias que antecedem as eleições. É o momento em que as agendas nas bases captam maior atenção do que a mobilização em torno da pauta nacional. Políticos são eleitos com votos e eles saem das bases, não só das decisões de Brasília.

Fotos: Fotolia.com

Finalizado o processo de eleição, é hora de tirar o atraso das votações urgentes e montar as estratégias de olho nas mudanças da configuração política do Congresso com os novos parlamentares que assumirão em função da vaga deixada pelos eleitos às prefeituras. A maior parte deles deverá ingressar na Câmara no início de 2017, mas não é incomum que alguns dos titulares renunciem ao cargo no Congresso alguns dias depois do resultado das eleições para se debruçarem na transição de governo municipal e nas tratativas de montagem do governo.

Cabe ao eleitor, apesar do momento de descrença política que se vive, procurar saber sobre o passado dos candidatos e eleger aquele que melhor representa o pensamento político de cada um e as propostas de desenvolvimento do município. O interesse pelas atividades do Congresso Nacional é também uma poderosa ferramenta de pressão e fiscalização dos atos e decisões tomadas pelos nossos representares.

Fonte: Departamento de Relações Institucionais da CNTC - Victor Zaiden

ARTIGO

Devaneios e pretensões políticas do segundo semestre de 2016

**Por José Francisco de Jesus Pantoja Pereira*

Entramos no oitavo mês do ano e muito já aconteceu no ambiente político, que propaga seus efeitos a partir das decisões em Brasília. O mês de agosto promete ser de intensas movimentações nos bastidores da política e na frente das câmeras com a previsão do julgamento final do processo de impeachment. A Câmara dos Deputados já não é mais comandada por Eduardo Cunha (PMDB-RJ), enquanto isso, no Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB-AL) permanece como o fiel da balança qualquer que seja o governo.

Na gestão interina de Michel Temer muito se tem dito sobre as pretensões legislativas a serem concretizadas no segundo semestre do ano. Mas a realidade dos parlamentares não é tão casada assim com a agenda defendida pelo Poder Executivo. Três são os fatores que têm potencial para retardar a aprovação de matérias prioritárias ao Governo: I) a interinidade do presidente; II) os Jogos Olímpicos no Rio, que ocuparão as atenções de parte considerável da classe política; III) e as eleições municipais do mês de outubro – as primeiras a serem realizadas com as novas regras da reforma política aprovada em 2015 e em um momento de grave crise econômica e descrédito dos partidos políticos.

É nesse contexto que o governo Temer pretende apresentar a proposta de reforma da previdência e ter aprovada sobreposição do negociado sobre o legislado. Essas sequer são as matérias que representam os objetivos imediatos do governo. Antes de qualquer coisa é enorme o desejo da equipe econômica de ter aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que impõe teto aos gastos públicos. Henrique Meirelles, atual ministro da Fazenda já sinalizou inclusive que a rejeição da matéria implicará em eventual aumento de impostos – o que seria extremamente penoso ao trabalhador e à população em geral nesse momento de crise.

Outro grande desafio que o governo enfrentará diz respeito à proposta de quebra da participação obrigatória da Petrobras na exploração do Pré-Sal. Nesse caminho há também o projeto de renegociação das dívidas dos estados, certamente a principal questão federativa que o país enfrenta no momento. O governo também almeja a reedição da Desvinculação das Receitas da União (DRU), elevando o percentual de 20% para 30%.

Não obstante, na agenda de Temer constam também a reforma administrativa nos fundos de pensão das empresas estatais e a PEC que prevê novas regras para o pagamento de precatórios, que são os débitos que a União, estados e municípios têm com cidadãos ou empresas por terem perdido processo judicial.

Fica a pergunta: caso Temer consiga se efetivar na Presidência, conseguirá ele em um semestre repleto de atividades e eventos externos de Brasília mobilizar de tal forma os parlamentares para aprovar essa agenda extensa e de alto custo político?

A agenda toda dificilmente.

As questões mais sensíveis ao governo como a renegociação da dívida dos estados, o teto dos gastos públicos, a desobrigação de participação da Petrobras no Pré-Sal e a DRU têm maior possibilidade. Paralelamente, o governo tentará adiantar no que puder o andamento das outras propostas. Isso significa que o movimento sindical deve estar em alerta e preparado para intensas negociações com os tomadores de decisão, no sentido de amenizar as investidas do governo em cima dos direitos do trabalhador. Outra ideia que vem ganhando força no Congresso é a extinção da contribuição sindical compulsória, lembrando que uma frente parlamentar mista deverá ser lançada em agosto em desfavor da contribuição.

Para aprovar as propostas de seu interesse, Michel Temer precisa conseguir articular uma base parlamentar coesa e grande o suficiente, sobretudo na Câmara dos Deputados. Aparentemente é isso o que teremos com a ascensão de Rodrigo Maia (DEM-RJ) à Presidência da Câmara e a permanência de André Moura (PSC-SE) na Liderança do Governo. Moura é um típico representante do centrão, grupo que saiu enfraquecido com a saída de Eduardo Cunha e com a derrota de Rogério Rosso (PSD-DF).

Assim sendo, Temer conseguirá reunir na base do governo partidos como: PMDB, PSDB, PPS, DEM, PSB, PP, PR, PSD, PRB, PSC, PTN, PHS e PROS. O que significa uma coalizão de mais de 360 deputados, número fenomenal, capaz de patrocinar a aprovação de qualquer espécie legislativa. Por outro lado, será árdua a tarefa de Temer, Eliseu Padilha (Casa Civil) e Geddel Vieira Lima (Secretaria de Governo) em acomodar uma base aliada tão heterogênea e com sede por cargos e poder de decisão.

As cartas estão dadas na mesa do jogo político, o qual ainda pode ser surpreendido com ações da Operação Lava-Jato, delações premiadas dos donos das empreiteiras e manifestações populares já agendadas. O momento requer bastante parcimônia e olhares atentos. É hora de mostrar força e isso só é possível com a união dos diferentes entusiastas do movimento sindical, para garantir sua sobrevivência e os serviços essenciais prestados aos trabalhadores do país.

O QUE O GOVERNO QUER APROVAR

- **REFORMA DA PREVIDÊNCIA**
- **SOBREPOSIÇÃO DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO**
- **TETO DOS GASTOS PÚBLICOS**
- **RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA DOS ESTADOS**
- **DRU**
- **FIM DA OBRIGAÇÃO DA PETROBRAS NO PRÉ-SAL**
- **REFORMA DOS FUNDOS DE PENSÃO**
- **MUDANÇA NO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS**

Foto: Joel Rodrigues

JOSÉ FRANCISCO DE JESUS P. PEREIRA

É diretor de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) e presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços dos Estados do Pará e do Amapá (FETRACOM).

RODADA DAS FEDERAÇÕES

XIX Consec reúne mais de 300 pessoas em Brasília

Realizado de 03 a 06 de agosto, o XIX Congresso Nacional de Secretariado (Consec) reuniu, entre participantes, profissionais de secretariado, expositores, palestrantes e estudantes mais de 300 pessoas. O evento ocorreu no Centro de Eventos e Treinamentos (CET) da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), em Brasília (DF). Durante os quatro dias, especialistas discutiram, entre vários assuntos, temas que atendam demandas do mercado no país, principalmente no que diz sobre a relevância e efetiva atuação da categoria em organizações públicas e privadas.

Para a diretora de Políticas para Mulheres da CNTC e presidente da Federação Nacional de Secretárias e Secretários (FENASSEC), Maria Bernadete Lira Lieuthier, as organizações, diante da competitividade do mercado, buscam profissionais de secretariado com inovação e resultados. "Atualmente, o profissional deve ter atuação cooperativa e comprometida com a organização, além de exercer o conceito de carreira sem fronteiras, para ser um prestador de serviços com excelência no desempenho".

Emocionada, a presidente do Sindicato das Secretárias e dos Secretários do Distrito Federal (SISDF), Maria Normélia Alves Nogueira, destacou a importância do XIX Consec para o profissional de secretariado. "Tivemos a chance de debater os temas relevantes para a categoria. Foi uma oportunidade única essa troca de informações com profissionais de vários cantos do país".

Fotos: André Oliveira

ABERTURA

A solenidade de abertura aconteceu na noite do dia 03 de agosto. A mesa foi composta pela diretora de Políticas para Mulheres da CNTC e presidente da Federação Nacional de Secretárias e Secretários (FENASSEC), Maria Bernadete Lira Lieuthier, pelas diretoras suplentes da CNTC, Maria Normélia Alves Nogueira e Silvana Maria da Silva, pelo assessor da Presidência da CNTC, Dr. Célio Rodrigues Neves e pela professora em desenvolvimento profissional e capacitação de profissionais do secretariado, Eliane Wamser.

Dentro da programação do evento foi realizado ainda o VII Fórum Nacional, o II Fórum Internacional de Debates sobre Competências Profissionais e o XII Encontro Nacional de Coordenadores e Docentes dos Cursos de Secretariado, além de palestras, mesas redondas, fóruns de debates, apresentação de artigos e encontros temáticos.

QUEM PARTICIPOU DO XIX CONSEC JÁ PODE ACESSAR WWW.XIXCONSEC.COM.BR PARA FAZER O DOWNLOAD DO CERTIFICADO.

Mesa da solenidade de abertura do XIX Consec

RODADA DAS FEDERAÇÕES

Unidos para preservar direitos

Fotos: FECOMERCIÁRIOS-SP

O Dia Nacional de Mobilização e Luta pelo Emprego e pela Garantia de Direitos está reconstruindo a unidade do movimento sindical em todo o Brasil, quando cerca de seis mil manifestantes participaram do ato unitário na Avenida Paulista, em frente à Fiesp. O mesmo se viu diante das demais federações patronais instaladas nas capitais brasileiras porque estas entidades comungam a precarização das relações do trabalho com o governo de Michel Temer.

Este dia 16 de agosto foi um ponto de partida para as futuras manifestações que, a partir de agora, o movimento sindical vai realizar em estratégicos municípios brasileiros com efetiva participação dos Sindicatos, Federações e Confederações, como já se viu nos atos realizados nas capitais.

A presença de todos os dirigentes e ativistas do movimento sindical, integrantes das mais diversas categorias profissionais, deve ser ressaltada porque, numa única voz, deram uma demonstração de unidade e de respeito aos trabalhadores, neste que foi o primeiro protesto conjunto contra o governo.

EMPREGO, SALÁRIO E DIREITOS!

Esta unidade de ação reafirma nossas posições em defesa das Leis Trabalhistas e contra a Reforma da Previdência. Fortalece a nossa composição de alternativas para o Brasil: retomar o crescimento econômico com emprego, salário e preservação de direitos da classe trabalhadora.

Vamos multiplicar, nas respectivas bases, os encaminhamentos tirados deste histórico dia 16 de agosto em defesa da retomada da produção industrial e das vendas no comércio. Nessas manifestações, cidade por cidade, é fundamental o movimento sindical se manter unido para preservar as conquistas trabalhistas e previdenciárias, ameaçadas por conservadores e neoliberais.

Por isso, a cada anúncio de retrocesso nos direitos feito pelo governo Temer e classe patronal, devemos nos unir ainda mais, para enfrentarmos, com grandeza, estes e outros desafios que virão pela frente. Afinal, consciente que somos, sabemos que o pacote de maldades do plano "Uma Ponte para o Futuro" não vai parar por aqui!

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

O dia 16 de agosto deu início, também, às campanhas para as eleições municipais de 02 de outubro. O momento pede o exercício do voto consciente para fortalecermos a luta dos trabalhadores em outra trincheira: as urnas, outra importante forma de resistência.

Num país apreensivo com os anúncios de medidas antipopulares, o voto consciente é o princípio das mudanças necessárias para revertermos a atual desigualdade entre trabalhadores e patrões nas Casas de Leis, como se vê nas Câmaras Municipais e no Congresso Nacional.

É começar agora, nas eleições municipais, para reconquistarmos a nossa bancada em Brasília em 2018, a fim de evitarmos mais violência contra os direitos do trabalhador.

Luiz Carlos Motta é 2º vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) e presidente da Federação dos Comerciários do Estado de São Paulo (Fecomerciários-SP)

Fonte: FECOMERCIÁRIOS-SP

RODADA DAS FEDERAÇÕES

Nova diretoria da Fecosul é empossada

Foto: Caco Argemi

O diretor da CNTC, Luiz de Souza Arraes entrega o diploma de posse para Guiomar Vidor, presidente da Fecosul

Em cerimônia festiva, a nova diretoria da Federação dos Empregados no Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecosul), para gestão 2016/2020, foi empossada no dia 15 de julho, na Casa do Gaúcho, em Porto Alegre (RS). A cerimônia contou com a presença de autoridades como o senador da República, Paulo Paim (PT-RS), diretores da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, do Tribunal Regional do Trabalho, da Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas e de representantes de sindicatos de diversas categorias.

A cerimônia teve início com a entrega dos diplomas de posse a todos os membros eleitos da nova diretoria. O secretário-geral da Fecosul, Paulo Ferreira e a diretora da Secretaria da Mulher, Silvana Maria da Silva, realizaram a entrega de posse aos novos diretores. O representante da CNTC, o diretor de Relações Internacionais, Luiz de Souza Arraes, entregou o diploma para o presidente reeleito Guiomar Vidor.

PROTAGONISMO

O presidente empossado, Guiomar Vidor, em seu discurso falou sobre a trajetória e o protagonismo da Fecosul na luta pelos direitos dos comerciários gaúchos e dos trabalhadores em geral. "A Fecosul completa, este ano, 78 anos de existência. Durante esta trajetória tivemos muitos períodos de escuridão, mas tivemos no início dos anos 80 uma retomada da luta dos comerciários no RS. Quero saudar os companheiros Schulte e Moacir, que foram símbolo dessa retomada, mas também fazendo uma referência para todos aqueles que contribuíram para que a Fecosul fosse hoje esta entidade de luta, de referência e de participação nas decisões políticas do nosso país e, principalmente, por ser uma entidade preocupada com a valorização dos comerciários. A nossa federação participou ativamente pela luta da redemocratização do pais, no início dos anos 80. Estivemos na Assembleia Nacional Constituinte, com grandes caravanas de comerciários para que na Constituição Federal fossem garantidos os direitos básicos dos trabalhadores, o direito à liberdade e a autonomia sindical. Conquistas importantes, pilares da nossa democracia que hoje, muitos tentam derrubar", destacou Vidor.

UNIDADE

Vidor saudou os convidados presentes e falou sobre os desafios da classe trabalhadora. "Eu queria fazer uma saudação para todos aqui presentes, pessoas comprometidas com a defesa do trabalho em várias estâncias, presenças que orgulham e engrandecem a nossa luta. Hoje, eu e meus companheiros estamos assumindo, coletivamente, a grande tarefa de conduzir a nossa federação na luta dos trabalhadores do comércio por mais quatro anos. É um grande orgulho para nós termos sido eleitos no 10° Congresso, por mais de 97% dos delegados e delegadas participantes daquele encontro. Um congresso que debateu não só as lutas específicas dos trabalhadores do comércio, mas também os problemas que o nosso Estado e nosso país vivem. Um congresso que construiu, através do debate e da consciência coletiva, a necessidade de uma unidade cada vez maior da classe trabalhadora para que possamos enfrentar os grandes desafios que estão sendo colocados. Estamos vivendo grandes dificuldades, mas estas dificuldades já passamos no passado e conseguimos superar. Agora, mais uma vez somos chamados a construir está grande unidade, composta por trabalhadores do campo, da cidade, intelectuais, dos setores progressistas e da sociedade".

DIRETORES DA CNTC PRESTIGIAM A POSSE

O diretor de Relações Internacionais da CNTC, Luiz de Souza Arraes, fez uma breve fala destacando o trabalho que a Fecosul e o presidente Guiomar Vidor desempenham. "É um orgulho estar aqui. Gostaria de parabenizar o Guiomar e a Fecosul pelo exemplar trabalho que já desenvolvem em defesa da categoria, trabalho que é exemplo em todo o país. Desejo que possam continuar está luta e que alcancem cada vez mais conquistas para os trabalhadores do comércio e serviços. Parabéns!", disse Arraes.

A diretora de Políticas para Mulheres da CNTC, Maria Bernadete Lieuthier, que também compôs a mesa do evento, parabenizou toda nova diretoria, destacando a participação das mulheres em sua composição. "Todos estão de parabéns, mas quero dizer aos homens desta diretoria que vocês terão mulheres guerreiras, companheiras de luta que saberão elevar cada vez mais os direitos dos trabalhadores. Desejo um próspero mandato a todos e a todas", declarou.

Foto: Caco Argemi

Maria Bernadete também participou da cerimônia de posse

PROJETOS CONTRA OS TRABALHADORES NO SENADO

RODADA DAS FEDERAÇÕES

Foto: Caco Argemi

Guiomar Vidor com o senador Paulo Paim (PT-RS)

O senador Paulo Paim (PT-RS) parabenizou a nova direção da Fecosul e falou sobre os maléficos projetos contra os trabalhadores e aposentados que estão tramitando no Senado Federal. "A situação é pior do que pensamos. Existem hoje no Congresso, 65 projetos, um pior que o outro, contra os trabalhadores, aposentados e pensionistas. Felizmente alguns eu peguei para relatar, graças a pressão dos movimentos sociais. A terceirização da atividade-fim é um desses projetos. Querem terceirizar tudo. Podemos ter pela frente, comerciários sem lojas, que serão funcionários de um escritório que vão deslocar funcionários para as lojas de acordo com o potencial de venda. Se passar este projeto, eu chego a me perguntar o que será da federação, o que será dos sindicatos? Se terceiriza, você pega as pessoas, ficha todas e manda para onde entender, sem quase nenhum direito. Queria também falar da previdência social. Acabaram com a previdência. Eu já discuti, briguei por reajuste com todos os ex-presidentes da República, mas nunca pensei que iria brigar com um presidente, que entrou pela porta dos fundos, para defender que exista o Ministério da Previdência. O Ministério da Previdência é do povo. Michel Temer, devolva o Ministério da Previdência para os trabalhadores".

O negociado sobre o legislado também foi abordado pelo senador. "Outro projeto maléfico é o negociado sobre o legislado. Este é o pior crime que poderiam cometer contra os trabalhadores. Este projeto é muito pior que a terceirização, pois significa o fim da CLT, o fim do décimo terceiro salário, o fim do FGTS, das férias e das horas extras. Em outros governos este projeto já tinha sido pautado, mas nós conseguimos derrubar. Com este programa do Michel Temer, a Ponte para o Futuro, eles trouxeram novamente para a pauta. Então, agora pode acontecer. Nenhuma lei passa a valer, tendo efeito apenas o negociado, o que seria o fim do mundo. O negociado sobre o legislado, que vai rasgar a CLT, só por cima do meu cadáver. Vida a longa a Fecosul!", finalizou Paim.

Fonte: Assessoria de Comunicação da Fecosul

FECOMSE destaca mais uma rodada de negociação sem acordo com patrões

A Federação dos Empregados no Comércio e Serviços do Estado de Sergipe (FECOMSE) e sindicatos filiados continuam o processo de negociação da data-base das categorias profissionais. Segundo o presidente da FECOMSE, Ronildo Almeida, as propostas ainda não são satisfatórias. "Nós temos perdas no período de primeiro de maio do ano passado até 30 de abril deste ano e precisamos avançar também nas conquistas sociais. Além da necessidade dos comerciários, o momento é do patronato saudar suas dívidas com a classe trabalhadora", pontuou.

Para Ronildo, não é de bom tom sentar à mesa para, mais uma vez, ouvir lamentos dos empresários, até porque tanto faz as vendas serem boas ou ruins, os discursos sempre foram os mesmos com a negativa de oferecer salários decentes a todos esses que ajudaram a construir o patrimônio das empresas. Ele ainda destaca a urgência para discutir com todo o patronato, liderado pelo deputado federal Laércio Oliveira, em negociação unificada e respeitosa para os trabalhadores. "Quem lidera precisa trazer para si a responsabilidade do respeito e da harmonia para com a classe trabalhadora", acrescentou Ronildo Almeida.

Fonte: FECOMSE

Presidente da FEAAC debate posição dos sindicatos perante o momento atual brasileiro

No dia 18 de agosto, o presidente da Federação dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio do Estado de São Paulo (FEAAC), Lourival Figueiredo Melo continuou a série de encontros com os diretores dos SEAAC para tratar de assuntos ligados as atividades dos sindicatos. No encontro em Marília (SP), Lourival discutiu com os diretores do SEAAC de Marília e Região a posição e ações dos sindicatos perante o momento que vivenciamos no país, com todas as críticas e ataques que os sindicatos sofrem pela mídia, opinião pública e outros setores.

Foto: FEAAC

O dirigente elencou os diversos ataques que os sindicatos sofrem, principalmente os ligados as contribuições e o que foi feito com elas ao longo do tempo. Comparou o movimento sindical brasileiro com o de outros países da América do Sul, Estados Unidos da América e de outras regiões. O presidente da FEAAC discutiu as posições dos sindicatos, sugeriu uma mudança de postura dos dirigentes sindicais através da informação, educação e conhecimento de todos os assuntos ligados ao dia a dia do sindicato, como PLR, banco de horas, redução de jornada com redução de salário, saber defender a contribuição sindical, participar de reuniões, seminários, cursos e debates.

Fonte: FEAAC

RODADA DAS FEDERAÇÕES

Após ação judicial do Sindicato dos Frentistas de Campinas, trabalhadora obtém benefício do INSS

O Sindicato dos Frentistas de Campinas (SP) obteve, por meio de ação judicial, o reconhecimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de que a função de frentista atuou de forma a agravar os problemas de saúde de uma trabalhadora que exerceu a profissão por 13 anos.

No acordo, já homologado pelo juiz da 8° Vara Cível de Campinas, houve a conversão de todos os benefícios de auxílio-doença em auxílio-doença acidentário, bem como a concessão do benefício de auxílio-acidente, o que dá direito ao recebimento de 50% do salário-de-benefício do auxílio-doença acidentário.

Segundo as advogadas a frente do caso, Dra. Cristina Perez e Ester Cirino de Freitas, pesou na decisão a constatação, por perito judicial, de que a trabalhadora era portadora de síndrome do manguito rotador bilateral, síndrome do túnel do carpo no punho e lombalgia crônica, patologias comumente relacionadas à execução de movimentos repetitivos e que geram muitas dores nos membros afetados.

Foto: SINPOSPETRO-Campinas

As advogadas da equipe jurídica do sindicato, Dra. Ester Cirino e Dra. Cristina Perez

A frentista, de 39 anos, procurou o Sinpospetro Campinas em 2013, quando foi comunicada pelo INSS a reassumir sua função de frentista quando saia de mais um período de afastamento médico. Além disso, entre 2009 e 2010, a trabalhadora foi submetida a cirurgias nos punhos e ombros. Com o novo entendimento jurídico, ela também terá direito ao depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pela empresa durante o período em que esteve afastada.

Fonte: Ass. de Imprensa – Sinpospetro Campinas (SP) – Leila de Oliveira

Frentistas do RJ debatem relações sindicais e o setor de combustível

Foto: SINPOSPETRO-RJ

O presidente do SINPOSPETRO-RJ, Euzébio Pinto Neto (D) alerta sobre os projetos em tramitação que preveem mudanças nas leis trabalhistas e nas relações sindicais

Os projetos em tramitação no Congresso que preveem mudanças nas leis trabalhistas e nas relações sindicais são prejudiciais aos trabalhadores. A advertência foi feita no dia 10 de agosto, pelo presidente do SINPOSPETRO-RJ, Eusébio Pinto Neto, durante o I Encontro Estadual dos Dirigentes dos Sindicatos dos Empregados de Postos de Combustíveis do Estado do Rio de Janeiro. Ele chamou a atenção dos sindicalistas para as manobras, orquestradas pelo setor empresarial, que têm por objetivo enfraquecer o movimento sindical e desestabilizar a classe trabalhadora.

"O movimento sindical tem que lutar para defender o trabalhador dessa investida da precarização da mão de obra". Segundo Eusébio Neto, a luta de classes não acabou e a terceirização é uma ferramenta do capital para concentrar riquezas e precarizar o trabalho. Todo segmento terceirizado precariza não só a questão da segurança e saúde, mas também o salário. O presidente do SINPOSPETRO-RJ citou como exemplo o atravessador de mercadorias. "Quem obtém lucro com a venda de produtos não é o agricultor, mas o atravessador. Não podemos perder a nossa força de trabalho para usurpadores".

No encontro, o advogado Hélio Gherardi, da Federação Nacional dos Empregados em Posto de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo (FENEPOSPETRO), fez uma breve exposição da estrutura sin-

dical no Brasil e debateu propostas que ameaçam a representatividade dos sindicatos. Segundo Gherardi, o projeto que regulamenta a contribuição negocial e propõe outras alterações no funcionamento e gestão das entidades sindicais, vai contra a Constituição Federal. A proposta vai limitar a atuação das entidades nas bases, já que os recursos para manter os projetos em defesa dos trabalhadores serão reduzidos.

PALESTRA NA PISTA

A saúde e a segurança dos trabalhadores de postos de combustíveis e lojas de conveniência também foram abordadas na palestra ministrada pelo diretor do Sindicato dos Frentistas de Campinas, Raimundo Nonato. Ele apresentou para os dirigentes sindicais o projeto Palestra na Pista, que desenvolve há três meses. As palestras itinerantes, realizadas no próprio posto, orientam os trabalhadores sobre os cuidados que devem ser tomados para reduzir o risco de contaminação pelo benzeno.

COMBUSTÍVEL

A técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Jéssica Naime, apresentou um panorama sobre o setor de combustível no país e analisou a estrutura do comércio de revenda no Estado. O preço dos combustíveis é determinado pela concorrência. O avanço das empresas privadas no setor provocam reflexos no preço final do produto, ao mesmo tempo que monopoliza a mão de obra.

O maior número de postos de combustíveis no país está concentrado nas regiões Sul e Sudeste. No Rio de Janeiro, o interior do Estado tem a maior concentração de postos. Na capital há 718 pontos de revenda de combustíveis, o que representa 34% do total no Estado. De acordo com a técnica do DIEESE, os municípios do interior obtém a maior margem de lucro na venda por litro de combustível. Já na capital, o número elevado de postos de combustíveis aumenta a concorrência e reduz a margem de lucro.

DESMEMBRAMENTO

Ao abrir o encontro, o presidente do SINPOSPETRO-RJ destacou a importância da união dos Sindicatos dos Frentistas no Estado. Ele disse que o desmembramento da faixa territorial de representatividade do SINPOSPETRO-RJ teve por objetivo atender as necessidades e organizar a categoria. “O Rio de Janeiro é grande e a categoria é pulverizada o que dificulta o trabalho de base. Para avançar nas ações foi preciso fundar os Sindicatos dos Frentistas de Campos de Goytacazes, em 2010, e o de Niterói, em 2013”, destacou Eusébio.

Fonte: Fenepospetro

Em Catalão (GO), trabalhadores do comércio varejista conquistam aumento de 9,91%

Foto: SindCom

Trabalhadores do comércio varejista de Catalão conquistam reajuste de 9,91%

Em julho, chegou ao fim a campanha salarial dos trabalhadores do comércio varejista. O Sindicato dos Comerciários de Catalão (SindCom) pressionou o sindicato patronal e conseguiu alcançar um índice que repõe a inflação acumulada no período da data-base. Os trabalhadores também terão um piso específico para a categoria.

A pauta com as reivindicações dos trabalhadores foi protocolada no mês de fevereiro. Desde então, o Sindicato defendeu os interesses dos comerciários nas mesas de negociação com os representantes dos empresários. Com o acordo firmado fica garantido um aumento de salário de 9,91% a todos os trabalhadores que exercem atividades em empresas do comércio varejista. Como a data-base foi 1º de abril, o pagamento deve ser feito de forma retroativa já na próxima folha de pagamento.

Desta vez, há uma grande novidade. Um piso geral para a categoria será implementado na cidade. O valor é o mesmo em vigor na capital do Estado. De acordo com a convenção coletiva, nenhum trabalhador do comércio varejista poderá ter salário inferior a R$ 935. “Apesar de negociações desgastantes, encerramos mais esta missão com vitória. Com a inflação em alta é significativo termos conseguido repor essas perdas. A implementação de um piso para categoria é uma grande conquista. Agora, os avanços serão gradativos”, afirma o presidente Everton Alves. Já para os trabalhadores na função de vendedor comissionado fica assegurado um piso de R$ 1 mil, o que representa um aumento de 12,8%, pois o valor era de R$ 887.

A única exceção com relação ao piso geral da categoria é para os microempreendedores individuais (MEI), as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que tenham aderido ao sistema de REPIS (Regime Especial de Salários), onde o valor será diferenciado. Porém, a validade do sistema para o empresário não é automática. É preciso preencher alguns critérios estabelecidos pelos sindicatos. Para mais informações, os empresários devem procurar o SindCom ou o Sindilojas (Sindicato do Comércio Varejista de Catalão).

Aproveitando as mesas de negociação, o SindCom já antecipou aos patrões o tema da pauta que será protocolada e discutida nos próximos dias, que será sobre os jogos da Seleção Brasileira nas Olimpíadas do Rio. A reivindicação é para liberação dos trabalhadores uma hora antes dos jogos, sem prejuízo de salário, assim como foi feito na Copa do Mundo em 2014.

Fonte: Assessoria de Imprensa do SindCom - por Juliana Barbosa

Saiba mais em:
www.cntc.org.br

LOST GLOVES

UMA NOVA VIDA PARA LUVAS
CONTINUAREM A AQUECER QUEM PRECISA.

CONHEÇA MELHOR O PROJETO EM:

LOSTGLOVES.NET

FACEBOOK/PROJETOLOSTGLOVES